

# Interesses diversos podem impedir aprovação da emenda

LEITE FILHO  
Da Editoria de Política

A emenda do Governo que convoca a Constituinte corre o risco de não ser aprovada nos dias 22 e 23, diante da possibilidade de o PT e o PDT, que ontem fizeram uma aliança em favor da Constituinte exclusiva, contar com o apoio da ala malufista do PDS.

Os dois pequenos partidos, que ainda contam com a facção mais descontente do PMDB, que tem agora no relator Flávio Bierrembach (SP) seu líder mais expressivo, iniciaram ontem mesmo uma campanha de mobilização em favor do parecer de Bierrembach, que será derrotado amanhã pela Comissão Mista.

O PT e o PDT estão convencidos de que o movimento poderá atrair ainda outros descontentes com os rumos da Nova República e alcançar o quorum de um terço, 160 deputados, para inviabilizar a emenda do Governo, a exemplo do que fez o antigo MDB na votação da Emenda da Reforma do Judiciário, em 1977, no Governo do general Geisel.

Os petistas, pedetistas, malufistas e mais a facção rebelde do PMDB estão unidos por uma diversificada gama de interesses políticos, ideológicos, teóricos e pragmáticos.

No caso do PT, o partido de Lula é fiel à sua tese de só admitir uma Constituinte autônoma e soberana e, por isso, independente da eleição para o Congresso Nacional. Nesta Constituinte exclusiva, os petistas acreditam que o trabalhador terá mais condição de influir na elaboração da nova Constituição.

Já ao PDT interessa a indefinição ou mesmo o adiamento da votação da Emenda do Governo, porque assim estará ganhando tempo para ver concretizada a proposta de seu líder máximo, o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola.

Brizola defende a redução do mandato do presidente José Sarney, atualmente fixado em seis anos pela Constituição, para dois anos, a fim de que a eleição para a Constituinte seja coincidente com a do Presidente da República.

Os malufistas do PDS, que ainda representam uma considerável parcela do antigo partido governista, apesar de todos os revezes sofridos nos últimos meses, querem "dar o troco" ao Governo pela derrota de seu candidato, Paulo Maluf, no Colégio Eleitoral.

Eles até agora não se conformaram não pro-

priamente com a eleição de Tancredo Neves a 15 de janeiro último, mas com a fatalidade que matou Tancredo e levou ao poder o presidente José Sarney, a quem consideram o maior inimigo, por tê-los abandonado no meio da tempestade.

Restam os peemedebistas mais rebeldes, que não se conformam com o abandono, pela cúpula partidária, das teses defendidas nas campanhas eleitorais e que consistiam na defesa de uma Assembléia Constituinte livre e soberana.

Com esses peemedebistas estão ainda os chamados juristas do partido, como o próprio relator Flávio Bierrembach, um professor renomado de São Paulo, que não se conforma com o desvio dos ritos jurídicos que teria sido provocado pela Emenda Sarney.

Estes juristas, bem como dirigentes de entidades da sociedade civil como da OAB, setores da CNBB e o constitucionalista Raymundo Faoro, defendem como princípio o fato de que a Constituinte é um poder originário, ou seja, deve atuar soberanamente e não dependendo do Congresso, como pretende a Emenda Sarney.